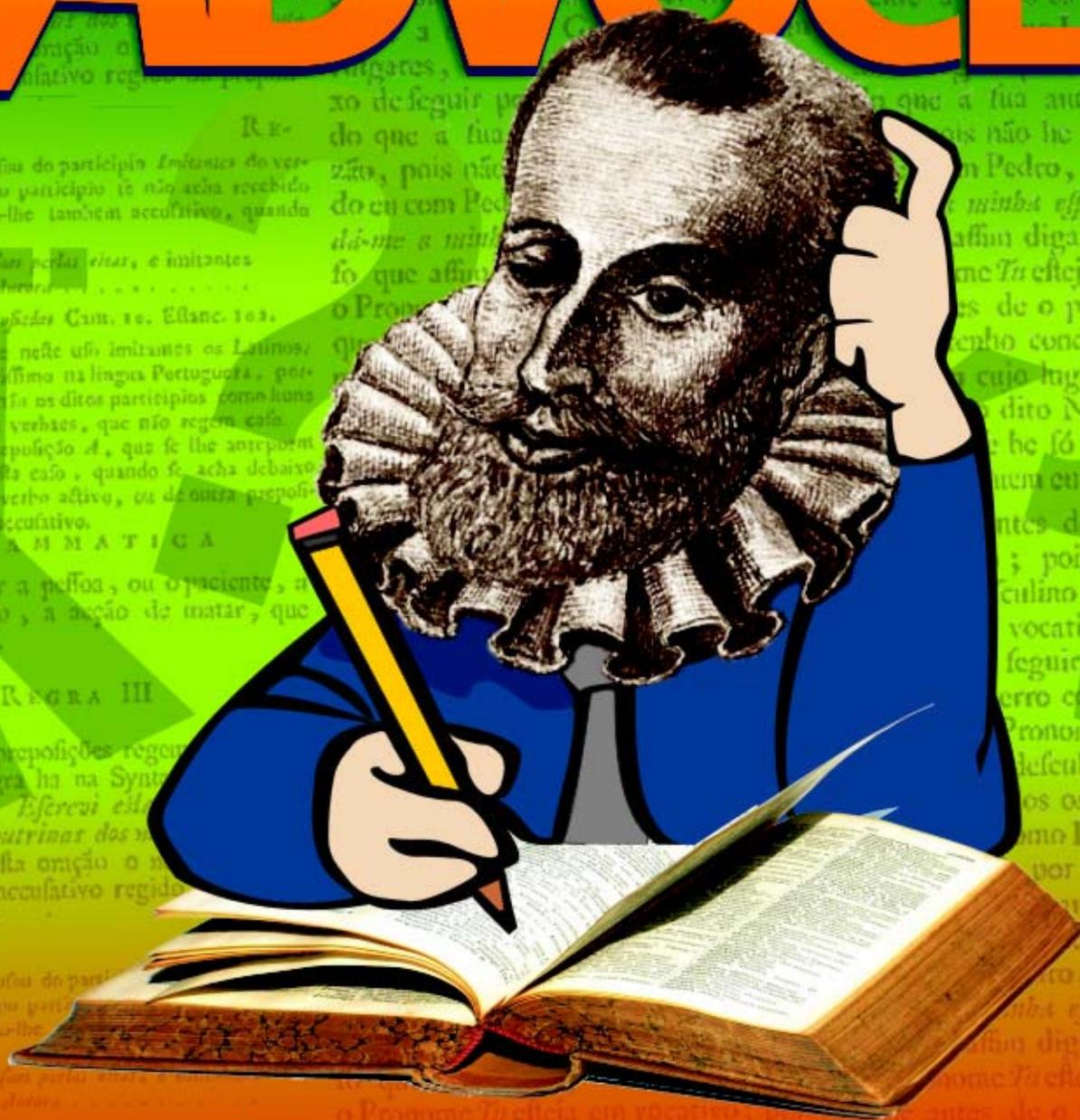


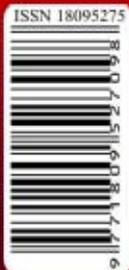
BOLETIM

ADVOCEF



O português vai mudar

O que os advogados têm a ver com isso 5 a 7



Advogados de menos
Os problemas de sempre
na rotina dos Jurídicos 3 e 4

ADVOCEF
Juristantum
A linguagem forense
José Carlos Barbosa Moreira

O Boletim que chega às mãos de nossos leitores contempla uma composição de grande representatividade.

Ao completar o sétimo ano de circulação ininterrupta, o veículo informativo de nossa Associação traz duas matérias que se completam e se integram num único objetivo: analisar e comentar, com espírito franco e percepções recolhidas das bases, os elementos de maior importância e destaque no cotidiano de nossos representados.

Em mais uma edição dessa série, desnudamos a realidade vivida pelos advogados, bem como as agruras que a categoria experimenta na maior parte das unidades jurídicas.

Ao denunciar este infeliz resultado do crescente descasamento entre o volume de trabalho e o quantitativo de profissionais escalados para atendê-lo, a ADVOCEF ecoa os reclamos de tantos que, mais do que *trabalhar muito*, querem *trabalhar melhor*.

Em outra matéria, sugerida pelos próprios colegas, estão espelhadas algumas das muitas facetas das novas alterações

em curso em nossa língua portuguesa. Com foco na realidade dos advogados da CAIXA, o Boletim avalia as diversas conseqüências dessas novidades.

Ao denunciar o descasamento entre o volume de trabalho e o quantitativo de profissionais, a ADVOCEF ecoa os reclamos de tantos que, mais do que *trabalhar muito*, querem *trabalhar melhor*

Acompanhando as inúmeras publicações diárias e semanais que têm recentemente dedicado espaço ao tema, a matéria sobre um novo português conta com a valiosa participação de alguns de nossos colaboradores – fiéis leitores e competentes escritores –, conferindo ao assunto uma visão muito nossa, personalizada e vinculada à realidade desta comunidade.

E para mostrar a importância do tema, ilustrando a necessidade do bom uso do idioma na advocacia, o Boletim selecionou um artigo especial, publicado no encarte *Juris Tantum* desta edição.

Sabemos todos e desde sempre que a língua é uma das principais ferramentas de trabalho do advogado.

Um operário, sem o pleno domínio das ferramentas de seu ofício, é apenas um razoável profissional.

Da mesma forma, um excelente operário, sem a participação de tantos companheiros quantos necessários à execução do trabalho, será apenas mais um trabalhador extenuado em meio aos demais, e o produto de seu ofício não representará toda a sua capacidade e a de sua equipe.

Pelo domínio e conhecimento crescente de ferramentas mais eficazes de nosso labor devemos todos lutar sempre. Por mais operários clamam todos os que operam o Direito com tenacidade e força. A esses apelos a ADVOCEF continuará dando eco e amplificação.

Diretoria Executiva da ADVOCEF



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA | **Presidente:** Altair Rodrigues de Paula (REJUR/Londrina) | **Vice-Presidente:** Silvio do Lago Padilha (REJUR/Belo Horizonte) | **1º Tesoureiro:** José Carlos Pinotti Filho (REJUR/Londrina) | **2º Tesoureiro:** Patrícia Raquel Caires Jost Guadanhim (REJUR/Londrina) | **1º Secretário:** Marisa Alves Dias Menezes (JURIR/São Paulo) | **2º Secretário:** Henrique Chagas (REJUR/Presidente Prudente) | **Diretor Regional Norte:** Liana Cunha Mousinho Coelho (JURIR/Belém) | **Diretor Regional Nordeste:** Maria dos Prazeres de Oliveira (JURIR/Recife) | **Diretor Regional Sudeste:** Sonia Lucia dos Santos Lopes (JURIR/Rio de Janeiro) | **Diretor Regional Centro-Oeste:** Gustavo Adolfo Maia Júnior (JURIR/Brasília) | **Diretor Regional Sul:** Mariano Moreira Júnior (JURIR/Florianópolis)

REPRESENTANTES JURÍDICOS 2006/2007 | **JURIR/AJ:** Paula Giron Margalho; **JURIR/BU:** Henrique Chagas; **JURIR/BE:** Renato Lobato de Moraes; **JURIR/BH:** Simone Solange de Castro Rachid; **JURIR/BR:** Luciano Caixeta Amâncio; **JURIR/CP:** Flávia Elisabete de Oliveira Fidalgo Souza Karrer; **JURIR/CG:** Cleonice José da Silva Herculanio; **JURIR/CB:** Gustavo Eduardo Reis de Siqueira; **JURIR/CT:** Jayme de Azevedo Lima; **JURIR/FL:** Marcelo Oscar Silva Santos; **JURIR/FO:** Adonias Melo de Cordeiro; **JURIR/GO:** Ivan Sérgio Vaz Porto; **JURIR/JP:** Fábio Romero de Souza Rangel; **JURIR/ME:** Carlos André Canuto de Araújo; **JURIR/MN:** Alcefredo Pereira de Souza; **JURIR/NA:** Carlos Roberto de Araújo; **JURIR/PO:** Jaques Bernardi; **JURIR/PV:** Cláudia Elisa de Medeiros Teixeira; **JURIR/RE:** Paulo Melo de Almeida Barros; **JURIR/RJ:** Leonardo Faustino Lima; **JURIR/SA:** Jair Oliveira Figueredo Mendes; **JURIR/SL:** Samarone José Lima Meireles; **JURIR/SP:** Marisa Alves Dias Menezes; **JURIR/TE:** Renato Cavalcante de Farias; **JURIR/VT:** Rodrigo Sales dos Santos; **DIJUR/GERID:** Edson Pereira da Silva; **GEAJU:** Elisia Souza Xavier; **REJUR/CV:** Roseli Aparecida Betttes; **REJUR/JF:** Josiane Mendes Gomes Dias Pinto; **REJUR/JM:** Carlos Eduardo Leite Saboya; **REJUR/LD:** Daniela Pazinato; **REJUR/MR:** José Irajá de Almeida; **REJUR/NH:** Clarissa Pires da Costa; **REJUR/NT:** Daniel Burkle Ward; **REJUR/RP:** Sandro Endrigo de Azevedo Chiaroti; **REJUR/SM:** João Carlos Matas Luz; **REJUR/SR:** Cleusa Maria de Jesus Arado Venâncio; **REJUR/UB:** Luciola Parreira Vasconcelos; **REJUR/VR:** Aldir Gomes Selles.

CONSELHO DELIBERATIVO | **Membros Efetivos:** Darli Bertazzoni Barbosa (Londrina), Renato Luiz Harmi Hino (Curitiba), Isabella Gomes Machado (Brasília), Luis Fernando Miguel (Porto Alegre) e Bruno Vicente Becker Vanzuzzi (Porto Alegre) | **Membros Suplentes:** Luciano Paiva Nogueira (Belo Horizonte), Marcelo Dutra Victor (Belo Horizonte) e Alfredo Ambrósio Neto (Goiania).

CONSELHO FISCAL | **Membros Efetivos:** Paulo Roberto Soares (Brasília), Rogério Rubim de Miranda Magalhães (Belo Horizonte) e Julio César Hofman (Maceió) | **Membros Suplentes:** Ivan Sérgio Vaz Porto (Goiania) e Eber Saraiva de Souza (Cuiabá).

CONSELHO EDITORIAL | Altair Rodrigues de Paula e Roberto Maia | **Jornalista responsável:** Mário Goulart Duarte (Reg. Prof. 4662) - E-mail: mggoulart@uol.com.br | **Projeto Gráfico:** Marcelo Torrecillas | **Editoração eletrônica:** José Roberto Vazquez Elmo | **Capa:** Eduardo Furasté | **Ilustrações:** Ronaldo Selistre | **Tiragem:** 1.200 exemplares | **Impressão:** Gráfica Pallotti | **Periodicidade:** mensal

Endereço em Brasília/DF: SBS, Quadra 2, Lote 1, BL S, Sala 1205 | Edifício Empire Center | CEP 70070-100 | Fone (61) 3224-3020 | E-mail: advocef@ipresto.com.br | Secretária: Priscila Christiane da Silva.

Endereço em Londrina/PR: Rua Santa Catarina, 50 / sala 602 | CEP 86.010-470 | Fone (43) 3323-5899 | E-mail: advocef@advocef.org.br | Secretárias: Tatiane Stabile Dantas Buzinaro e Ivete Augusta Pereira | Auxiliar Administrativa: Thais Bender.

www.advocef.org.br | Discagem Gratuita 0800 400 8899

O Boletim da Advocef é distribuído aos advogados da CAIXA e a entidades associativas.

Advogados de menos

Os problemas na rotina jurídica devido à carência de pessoal

Há dez anos, a REJUR/São José dos Campos atendia uma vara da Justiça Federal com dois juizes, 27 fóruns da Justiça Estadual e 27 da Justiça Trabalhista. Hoje, existem na região 10 varas da Justiça Federal, duas da Justiça Especial Federal (distantes 130 km da REJUR) e um total de 14 juizes federais, além das unidades das Justicas Estadual e Trabalhista. Resultado: 13 mil processos sob a responsabilidade de cinco advogados.

Os dados são da representante jurídica da ADVOCEF Flávia Karrer, ilustrando uma realidade bem conhecida pelos profissionais da área. A última admissão de advogado na CAIXA ocorreu em julho de 2007, totalizando 26 até o momento, neste ano. Enquanto isso, desde janeiro já saíram da empresa 36 advogados. "A defasagem parece mesmo imbatível, para azar do Jurídico e da CAIXA", comentou o presidente da ADVOCEF, Altair Rodrigues de Paula.

Segundo Flávia Karrer, na REJUR/São José dos Campos são necessários no mínimo mais seis advogados, "para que se possa pensar em um Jurídico adequado à demanda". Isso sem deixar de reconhecer, ressalta, os investimentos feitos na REJUR envolvendo estrutura física, pessoal de secretaria e equipamentos.



Flávia: não é normal trabalhar com 1.600 processos

Na REJUR/Santa Maria, o advogado João Carlos Matas Luz acredita que o número ideal de profissionais deve sair de uma relação de um advogado com dois estagiários para cada mil processos, mais Consultivo. Na área trabalhista essa relação deve

cair em 50%, calcula. Como a REJUR possui cerca de 12 mil processos, o número ideal seria 12 advogados. Ainda faltariam sete. Detalhe: a REJUR encontra-se, oficialmente, com sua lotação completa.

No JURIR/Fortaleza, Adonias Melo de Cordeiro pensa num número ideal de 35 advogados, mas trabalham lá apenas 25. Adonias também acha que deveriam ser disponibilizados dois estagiários no mínimo para cada advogado. "Na grande maioria das vezes dispomos de uma mão-de-obra altamente qualificada que justifica o investimento", garante.

O JURIR/Vitória tem uma equipe de 16 advogados, mas, segundo o representante jurídico Rodrigo Sales dos Santos, necessita de 19.

Situação constrangedora

Descontinuidade dos trabalhos e risco de perda de prazo são as principais consequências quando há demora na reposição de advogados. Sem falar na sobrecarga dos profissionais que ficam. Flávia Karrer observa que o trabalho de quem sai passa para alguém que já se encontra com demanda excessiva, expondo riscos ao colega e ao cliente CAIXA.

Isso ocorre nas substituições de férias, nos afastamentos por motivo de saúde, entre outras situações. Instala-se uma confusão de processos e procedimentos, que chega a afetar o ambiente de trabalho, acrescenta João Luz. "Enfim, não podemos nos afastar sem impor ônus aos demais colegas. A situação chega a ser cons-

Adonias: Fortaleza comporta um Jurídico mais expressivo



trangedora", corrobora Flávia.

A área mais carente de profissionais no JURIR/Fortaleza é a trabalhista, que conta com apenas dois advogados. Adonias acha que a capital nordestina, por seu porte, comportaria um Jurídico Regional mais expressivo.

Pode-se ter uma idéia da carência na REJUR/São José dos Campos sabendo que o Consultivo está hoje sob a responsabilidade do coordenador, pela indisponibilidade dos outros profissionais. Mesmo que essa situação não seja recomendável, como nota Flávia, por se tratar de desvio de função.

No JURIR/Vitória precisa-se de advogados na Recuperação de Créditos, atualmente bastante terceirizada, e no FGTS.

Devido à grande rotatividade, na REJUR/Santa Maria os advogados enfrentam questões diversas ao longo do dia, pulando de poupança para FGTS, de habitacional para responsabilidade civil, etc. "Isso diminui a produtividade", diz João Luz.

A estrutura ideal

E se houvesse mais advogados? Para começar, conforme João Carlos Luz, a Recuperação de Crédito disporia de tempo para analisar a viabilidade dos proces-

O quadro abaixo mostra os números da carência das unidades ouvidas na matéria. Na REJUR/São José dos Campos ainda não houve saídas de advogados. "A primeira serei eu, que completo tempo de trabalho em setembro de 2007, podendo requerer aposentadoria", avisa Flávia Karrer.

Unidade	Última saída	Última admissão	Advogados que faltam
JURIR/Fortaleza	02/5/2006	08/05/2006	10
REJUR/São José dos Campos	Não houve	Há dois anos	6
REJUR/Santa Maria	junho/2007	Junho de 2007	7
JURIR/Vitória	09/10/2006	03/11/2006	3

Quadro de PESSOAL

so executivos. O Consultivo poderia transformar-se em Preventivo, pois os advogados teriam condições para esclarecer os contratos. A própria interposição de ações seria mais eficaz, tornando desnecessários os mutirões que são realizados para não prescrever o direito da CAIXA.

Bastam esses exemplos, segundo João, para mostrar a importância de um quadro maior. "A qualidade de vida do advogado melhoraria e quem sabe não geraria estabilidade nos quadros do Jurídico da CAIXA."

Adonias imagina que seria possível fazer visitas ao Judiciário, sugerindo práticas para desobstruir as ações. Seria ótimo também, segundo Adonias, ouvir com mais frequência as sugestões dos juízes, diretores de secretaria, oficiais e serventuários da Justiça.

Flávia diz que o Contencioso seria mais bem atendido. Afinal, diz ela, não se pode considerar normal um advogado trabalhar

na área de Ações Diversas e Trabalhista com acervo de 1.600 processos. "Não podemos nos acostumar com tais números e passar a supor que errado é aquele colega que possui menor volume de trabalho."

Adonias conta que no concurso que fez para a CAIXA mais de 800 advogados foram classificados e, ao final, a empresa não conseguiu preencher as 130 vagas oferecidas. "Houve um êxodo significativo para outras procuradorias federais ou cargos de juizes e promotores."

João Luz reconhece o trabalho da ADVOCEF, que se empenha nas questões salariais, mas entende que se deve priorizar a qualidade de vida. Uma maneira de obter isso seria limitar o número de processos por advogado. Haveria o pagamento de um valor para cada processo que ultrapassasse o limite estabelecido. "Uma espécie de multa, a ponto de ser mais vantajoso para a empresa contratar outro profissional."

Nome	Lotação	Admissão	Desligamento	Destino
Vera Regina de Araujo Ramos	JURIR/PO	28/01/1980	12/06/2007	Aposentadoria invalidez
Elza Oliveira dos Santos	JURIR/PO	22/10/1979	31/07/2007	Aposentadoria
Fábio Augusto Lima Rodrigues	GEAJU	02/07/2007	31/07/2007	MPU (analista)
Felipe Girdwood Acioli	REJUR/NT	06/02/2006	13/08/2007	Iniciativa privada
Aline de Lima Riccardi	REJUR/NH	10/06/2002	27/08/2007	TCU

O que poderia ter sido

Advogada diz que não saiu por causa do salário

Não foi o salário a principal razão para a saída da advogada Aline Riccardi (REJUR/Novo Hamburgo), em agosto de 2007, cinco anos após seu ingresso na CAIXA. Afinal, no Tribunal de Contas da União, onde trabalha desde 28/8, sua remuneração não difere muito do que percebia como advogada sênior. O essencial, frisa ela, é que no TCU "há uma contrapartida justa entre a exigência de qualidade e os recursos colocados à disposição".

Aline diz que leva da CAIXA "muitas coisas boas", fez grandes amigos, se apaixonou pelo Direito do Trabalho e ganhou experiência. Mas não foi boa "a sensação de impotência de quem fala sem ser ouvido". Ela argumenta que os advogados são maduros o suficiente para negociar com responsabilidade, conhecendo as dificuldades de quem representa o empregador. "Poderíamos ter construído, juntos, soluções para a nossa carreira e para a nossa empresa."

Aline pede aos ex-colegas que façam da ADVOCEF uma Associação cada vez mais forte. "Quanto mais qualificada e aparelhada for, mais eficaz será esse que é o

melhor instrumento de negociação de que dispomos."

Leia seu depoimento.

"Saí da CAIXA por estar muito desmotivada. Esgotada, para ser mais precisa e sincera. Nossas condições de trabalho pioraram na mesma proporção em que aumentaram as cobranças. A exigência que nos era imposta não tinha contrapartida. Na minha unidade, por exemplo, houve um lapso razoavelmente longo em que trabalhamos, literalmente, com menos da metade do quadro.

Infelizmente, essa não era uma realidade pontual. As vagas não estavam sendo repostas e o quadro, gradativamente, foi diminuindo, fazendo com que todas as unidades tivessem que administrar, sozinhas e a um custo pessoal muito alto, tais lacunas.

Não é difícil imaginar o quanto isso sobrecarregou os que ficaram. Cada advogado teve que agregar aos seus respectivos acervos, por si sós já bastante pesados, os processos de titularidade dos colegas que optaram por seguir outras carreiras. O volume de trabalho tornou-se invencível e o cli-



Aline: façam a ADVOCEF cada vez mais forte

ma organizacional entrou em curva descendente. Os advogados exauriram suas forças e seu entusiasmo carregando nas costas o peso do equivocado conceito de economia adotado pela administração.

Cada profissional, na CAIXA, é responsável por um número de processos equivalente ao acervo de escritórios inteiros de advocacia. Além disso, há muitas demandas de grande repercussão econômica e institucional. Por sermos responsáveis, essa circunstância gerou muita tensão. É altamente desgastante atuar em processos que valem milhões de reais ou a imagem da empresa lutando contra o relógio.

Eu amava o que fazia na CAIXA e provavelmente teria permanecido se tivéssemos condições de trabalho aceitáveis e compatíveis com o nível de exigência. Por isso deixei a empresa."

A última do português

Outra renovação no idioma, para unir Brasil, Portugal, África e Ásia

Vem aí mais uma reforma ortográfica, com a intenção de aproximar ainda mais os oito países que usam a língua portuguesa (*). O trema será abolido, assim como quase todos os acentos diferenciais sobreviventes da última reforma. Também os circunflexos deixarão as paroxítonas com letras duplas (vão, enjão, vêem). Em compensação, passarão a compor o alfabeto as letras k, w e y, finalmente aceitas. E é quase só isso. Nesta matéria, cinco advogados da CAIXA, cronistas e articulistas deste Boletim, comentam as alterações que afetarão o vocabulário brasileiro entre 0,5% e 2%.

Causando alguma polêmica, depois de 17 anos de gestação (o acordo foi assinado em 1990), as mudanças chegam quando as pessoas se comunicam como nunca, principalmente pela internet. Para essa turma, justamente, pouco deverá mudar, na opinião de Wilson Malcher, do JURIR/Brasília. "Minha experiência como professor mostra que os alunos, inclusive os universitários, sabedores da retiradas de acentos gráfi-

cos, irão adorar a idéia. Até porque já não os usam rotineiramente."

Já Éder López, do JURIR/Rio de Janeiro, acredita que haverá, sim, uma certa resistência. Nesses casos, observa, costuma prevalecer a idéia de que se terá que aprender tudo de novo. Ele pensa principalmente nos que trabalham com a língua escrita, como os advogados, juizes e demais operadores do Direito. "Passada a novidade, o fato é que a maioria das pessoas se acostuma e percebe que houve efetivamente melhoras na forma de escrever."

Éder lembra que foi assim na reforma do início do século XX, que aboliu o ph de "farmácia", e na reforma da década de 70, que suprimiu uma infinidade de acentos diferenciais que faziam a ortografia ainda mais caótica. A extinção dos acentos remanescentes, para ele, economizará dúvidas e minimizará erros, com chances mínimas de comprometimento do sentido. Um exemplo: "pelo contrário" dificilmente poderia ser confundido com um eventual "pêlo contrário", na grafia atual.



Gosto da pêra

André Falcão, do JURIR/Maceió, que ainda estuda o tema, diz não concordar em princípio com a retirada do diferencial. "Este, sim, tem uma utilidade prática notória. É certo que o sentido da frase pode não deixar dúvidas se você vai PARA lá, ou se você PÁRA." E como será uma pêra sem acento? "Não terá o mesmo gosto."

Francisco Spisla, da REJUR/Londrina, arrola outro exemplo: "Em 'aquela forma não me agrada' está se falando do quê? A forma da mulher ou a fôrma de bolo?"

Spisla diz que nunca teve muita dificuldade com acentos e, quando precisou, consultou o pai-dos-burros, o dicionário. Mas ele nota que há muita dificuldade com algumas palavras. "Coco" seguidamente aparece grafada "côco". A justificativa é sempre "porque senão fica coisa feia". A preocupação às vezes piora tudo. "Lembro de um evento num hotel do Nordeste, chiquêrrimo, que apresentava nas mesas o menu, nomes de pratos franceses para o antepasto, o prato principal também em francês e a sobremesa... 'mousse de cocô'".



Malcher: os acentos já não são usados mesmo

Em todo caso, diz Spisla, ainda bem que todos os acentos não foram suprimidos, "coisa que o cágado penhoradamente agradece".

Para André Falcão nada parecia mais inútil, mas ao mesmo tempo mais charmoso que o trema. "O cara escrever com trema conferia aparência de saber. É feito carro luxuoso em mão de pobre inconformado: satisfaz a si e à hipocrisia da sociedade, que teima em avaliar conforme as aparências. Bobagem rematada. Já vai tarde."

Mal de Alzheimer

Vai tarde também, para André, o circunflexo dos verbos com e duplo (veem, leem) e das palavras findas em oo. "Ora, ninguém diz crEem. Pra que, então, emprestar o som do circunflexo ao que já o tem por si?" André tampouco vai chorar uma lágrima pelo fim do acento agudo nos ditongos abertos. "Alguém fala assemblêia, por acaso, para necessitar dessa agudeza redundante?"

André saúda a chegada do k, w e y. Mas confessa uma preocupação. "É que temo que signifique menos um beneplá-



Falcão: pera sem acento terá gosto diferente

cito nosso em relação a essas pobres excluídas e mais uma constatação de nossa americanização subserviente e abasbacada."

Eder López nota que a inclusão dessas letras só corrobora o que já vinha acontecendo na prática, em "keynesiano", "taylorista" e "kuwaitiano".

Spisla diz que as mudanças representam desafios para continuar estudando

a língua e escrevendo. "Isso provoca exercício mental que, além de deixar o cérebro sempre atento, evita o mal de Alzheimer." Ele acha que os escritores, na verdade, devem sentir uma certa satisfação em utilizar as novas regras. É como se dissessem: "Estão vindo como acompanhamento a evolução da língua?"

Nóvas graphias

Segundo os defensores da reforma, o português é a única língua ocidental importante a ter duas ortografias oficiais, a portuguesa e a brasileira. Daí a importância da unificação. Mas o acordo, firmado pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, não foi ratificado até hoje. Ia entrar em vigor em 2008, mas acaba de ser adiado. Apenas o Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe parecem interessados nele. Portugal, o inventor da língua, continua postergando. Segundo uma fonte do governo ouvida pela Folha Online, a reforma fará com que o português falado no Brasil se torne o idioma internacional.

O assunto praticamente não tem repercussão em Portugal. Tanto que Wil-

O que vai mudar

O ALFABETO passa de 23 para 26 letras, com a incorporação de k, w e y.

O HÍFEN não será mais usado:

- quando o segundo elemento começa com s ou r, devendo estas consoantes ser duplicadas, como em antirreligioso e antissemita. Exceção: quando os prefixos terminam com r - como em hiper-requintado.
- quando o prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa com uma vogal diferente. Exemplo: autoestrada.

O TREMA deixará de existir.

ACENTO DIFERENCIAL: Vários deixam de existir, como o de pára (verbo), que era diferenciado de para (preposição).



O ACENTO CIRCUNFLEXO não será mais usado:

- nas formas paroxítonas dos verbos com letras duplas, como crêem, dêem, lêem e vêem.
- e em paroxítonas terminadas em oo, como enjôo e vôo.

O ACENTO AGUDO não será mais usado:

- nos ditongos abertos ei e oi de palavras paroxítonas, como assemblêia e idéia.
- nas palavras paroxítonas com i e u tônicos, quando precedidos de ditongo, como em feiúra e baiúca.
- nas formas verbais com u tônico precedido de g ou q, como averigúe, apazigúe, argúem.

EM PORTUGAL:

- desaparecerão o c e o p mudos de palavras como acto e adopção.
- será eliminado o h de palavras como herva e húmido, que serão grafadas como no Brasil, erva e úmido.

son Malcher, que foi para lá cursar doutorado e mestrado em 2004, nunca ouviu nada a respeito. "Se tivesse conhecimento dessa unificação, talvez a tivesse utilizado como resposta ideal àquelles que, de forma zombeteira, afirmavam que eu chegara a Portugal para aprender português."

Na prática, em se tratando de unificação cultural, tudo é mais complexo. Como nota a revista Veja em matéria especial, mesmo com uma só ortografia dificilmente uma dona-de-casa por-

tuguesa vai comprar um livro de culinária brasileiro que fale em "açougue" ("talho" em Portugal), assim como um carpinteiro brasileiro não vai entender a palavra "berbequim" (furadeira) escrita em um manual português. "De outro lado, a grafia cheia de letras mudas - tecto, facto, acto - não impediu o português José Saramago de ser best-seller no Brasil."

Como conseqüências imediatas, deve haver vantagens para os professores de português e prejuízos para as editoras. Os primeiros terão as agendas lotadas para palestras, as segundas precisarão refazer seus catálogos com a nova grafia. A editora Melhoramentos já fez os cálculos: só a atualização do seu banco de dados ficaria entre R\$ 200 mil e R\$ 400 mil.

Toda mudança causa transtornos com os quais não se quer conviver, diz Leandro Cabral Moraes, do JURIR/Curitiba. E justifica, por escrito, pegando o espírito: "Mas não dá pra negar que toda adoção de novas graphias, quando usadas como regra, ocorreram para facilitar a vida".

(*) Assinaram o acordo Brasil, Portugal, Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, Timor Leste, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe.



Spisla: a forma da mulher ou a forma do bolo?

No mundo jurídico

O advogado Éder López destacou alguns exemplos de palavras utilizadas no mundo jurídico que sofrerão alteração:

Sem trema:

- *Arguição* de preceito fundamental
- O regime de participação final nos *aquestos*.
- *Exequível*, *exequente*, *exequendo*
- *Equidade*, *equitativamente*
- Cautelar de *sequestro*
- *Consanguíneo*
- *Antiguidade* e merecimento

Sem acento:

- Os autores *arguem*
- O remédio *heroico*
- O *polo* ativo.
- *Assembleia*-geral de credores

Sem hífen (pondo fim às controvérsias)

- norma constitucional *autoaplicável*
- norma tributária *antielisão*



Éder: as alterações no Direito

A última flor

O poeta Olavo Bilac (1865-1918) compôs um dos poemas mais famosos sobre o idioma. Nele, a célebre expressão "última flor do Lácio" refere-se a uma região da Itália antiga, onde se falava o latim e de onde veio o francês, o espanhol, etc, e, por último, o português.



Bilac: poema à língua inculta e bela

Língua portuguesa

*Última flor do Lácio, inculta e bela,
É, a um tempo, esplendor e sepultura:
Ouro nativo, que na ganga impura
A bruta mina entre os cascalhos vela...*

*Amo-te assim, desconhecida e obscura,
Tuba de alto clangor, lira singela,
Que tens o trom e o silvo da procela,
E o arrollo da saudade e da ternura!*

*Amo o teu viço agreste e o teu aroma
De virgens selvas e de oceano largo!
Amo-te, ó rude e doloroso idioma,*

*Em que da voz materna ouvi: "Meu filho!",
E em que Camões chorou, no exílio amargo,
O gênio sem ventura e o amor sem brilho!*

Sobre a reforma ortográfica

Como todos sabem, não sou lingüista, ou estudioso de gramática, então o que passo a escrever é apenas a opinião de um intrometido que aceitou discorrer sobre a reforma ortográfica da língua portuguesa, a partir de uma visão particular.

Quando cheguei a Portugal, em 2004, o Brasil - confesso que desconhecia - já havia ratificado o Acordo Ortográfico, surgido em 1990, com o objetivo de criar uma ortografia única para todos os países que têm o português como idioma. Se tivesse conhecimento dessa unificação, talvez a tivesse utilizado como resposta ideal àqueles que, de forma zombeteira, afirmavam que eu chegara a Portugal para aprender português (para alguns patricios os brasileiros falam "brasileiro").

É claro, eu também estaria "tirando sarro"! Mas sabemos que a língua é instrumento de política colonialista e os portugueses não "deixam passar" que existimos graças a eles, "os descobridores do Brasil".

Em todo o caso, não à toa, Portugal ainda não ratificou tal acordo. O governo português já adianta que quer postergar por mais 10 anos a entrada em vigor das alterações. Com as modificações antecipadas no acordo, calcula-se que 1,6% do vocabulário de Portugal será modificado, enquanto o do Brasil mudará apenas em 0,45%. Ademais, os portugueses são tradicionalistas, conservadores, verdadeiros "britânicos", como costumam ironizar os "muy amigos" espanhóis.

Com efeito, os portugueses devem estar aplaudindo as palavras do nosso respeitado Pasquale Cipro Neto (professor, escritor e apresentador do programa "Nossa Língua Portuguesa" exibido pela TV Cultura), segundo o qual "essas alterações vêm para confundir a cabeça das pessoas e para desestabilizar o que ainda nem está estabilizado"; referindo-se, creio, às alterações incorporadas à língua portuguesa em 1971.

Imaginemos, então, como será para os discípulos de Camões admitir o fato de que o "facto" (terno) passa a ser grafado tal qual "fato" (acontecimento). Por outro lado, para um brasileiro menos avisado, será tranqüilo perceber quando um português pronunciar "decepção", para a nossa conhecida "decepção".



Ao mesmo tempo, com a unificação, não mais poderá um estudante brasileiro sustentar de forma desavergonhada, perante uma mesa de avaliadores de tese de mestrado, que no Brasil está correta a utilização da expressão "vez que", ao invés de "uma vez que".

É certo que mudanças provocam incômodos, notadamente para quem já se encontra na zona de conforto; ou, porque não dizer, verdadeira repulsa para aqueles que se negam a descer da torre de marfim. Portanto, perfeitamente, com-

preensível ouvir-se: "Eu odeio essas mudanças!".

No entanto, perguntemos para a "galera"! Essa mesma que passa horas no computador a trocar mensagens nas salas de "bate-papo" e que transporta para a sala de aula a linguagem coloquial empregada em seu meio! Digo isso porque a minha experiência no dia-a-dia como professor mostra que os alunos, inclusive os universitários, se questionados sobre as alterações e sabedores da retirada de acentos gráficos, irão adorar a idéia. Até porque já não os usam rotineiramente.

É certo que alguns podem afirmar: A língua fica mais pobre! Outros também podem dizer: Pobre, porém viva! Sim, uma língua portuguesa contemporânea, capaz de continuar a desempenhar o papel de conagração e de união entre os povos lusófonos, a partir de uma identidade gramatical.

Por isso mesmo, devo concordar com o emérito conhecedor da língua portuguesa Antônio Houaiss, falecido em março de 1999, que considerava importante que todos os países lusófonos tivessem uma mesma ortografia. Entendo que essa unificação, portanto, nada mais é do que uma evolução natural e espontânea da nossa língua.

Enquanto isso, o povo, principalmente os mais jovens, continuará a criar suas gírias e expressões. E o Brasil, maior e melhor criador de novelas, continuará a exportar para os nossos irmãos de língua as gírias criadas por aqui, a exemplo da expressão "show de bola", levada ao conhecimento dos portugueses através do sempre polêmico Alexandre Frota, ao participar, diga-se com o maior sucesso, de um programa de televisão do tipo "Casa dos Artistas".

Como afirmei desde o início: não sou lingüista. Portanto, o que ousou dizer aqui são apenas palpites. Mas quem não gosta de opinar? Você, certamente, deve ter uma opinião sobre o tema...

ADVOCEF, JURÍDICO DIGITAL

Cabe recurso? O fotógrafo Roberto Stuckert Filho, do jornal O Globo, registrou uma troca de e-mails entre os ministros Cármen Lúcia e Ricardo Lewandowski, durante o julgamento do mensalão no STF. Eles comentavam, entre outros assuntos, uma suposta antecipação de voto do colega Eros Grau. Veja a repercussão.

1. "Foi um brilhante trabalho de jornalismo", disse o jurista Ives Gandra Martins. Mas nada de novo: "Antes, a troca de impressões era apenas oral. Agora, existe o meio eletrônico".

2. Para o presidente da Fenaj, Sérgio Murillo, o jornal cumpriu seu compromisso com a verdade. "Não há invasão de privacidade. São pessoas públicas, num espaço público. Tudo o que fazem está sujeito a registro sonoro e de imagem."



3. O presidente da OAB, Cezar Britto, condenou o fato.

"Não será surpresa se começarem a colocar grampos nos confessionários para violar o segredo religioso da confissão", reclamou.

4. Uma leitora do site Comunique-se definiu assim: "Os juristas discordam, os jornalistas discordam, então devemos acatar a decisão final. Que em questões jurídicas deve ser dada pelo próprio Supremo. Se o Supremo deixou por isso mesmo, é porque O Globo acertou. Não cabe recurso".

Português na rede

Nos últimos sete anos, o número de falantes da língua portuguesa que navegam na internet aumentou em 525%. Mesmo assim, ainda representa apenas 4% dos usuários, segundo a revista Veja.

Presidentes online

Assim como os 27 desembargadores dos Tribunais de Justiça, os cinco presidentes dos Tribunais Regionais Federais terão acesso, em tempo real, a processos eletrônicos no Conselho Nacional de Justiça. Já têm login e senha, desde 30/8.

A verdadeira reforma

1. A verdadeira reforma do Judiciário é feita através dos meios eletrônicos, autorizados pelas leis 11.280/06 e 11.419/06, afirma

Sérgio Tejada, juiz do TRF da 4ª Região e secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça. Ele destaca, entre outras inovações, o processo totalmente virtual, a utilização do Diário Oficial, as citações e intimações por meio eletrônico, a certificação digital, a requisição eletrônica de documentos instrutórios e o cumprimento de sentenças mediante troca de bancos de dados.

2. Na Justiça Federal, diz Tejada, mais de 80% de seus juizados especiais são totalmente virtualizados e o processo eletrônico já responde por 60% dos novos casos.

Já existem mais de 2,5 milhões de processos totalmente digitais, informa.

3. Tejada acrescenta que no ano passado 23 milhões de novas ações no país utilizaram 46 mil



toneladas de papel. Foram cortadas 690 mil árvores, desmatada uma área de 400 hectares e consumido 1,5 milhão de metros cúbicos de água, o suficiente para abastecer uma cidade de 27 mil habitantes durante um ano. Se fossem digitais todos esses processos, observa o juiz, teria havido grande economia para os cofres públicos em

papéis, energia, combustíveis.

(Fonte: artigo "A Verdadeira Reforma do Judiciário", de Sérgio Tejada, publicado no site do CNJ)

ADVOCEF em Belo Horizonte

O vice-presidente da ADVOCEF, Silvío do Lago Padilha, participou do V Encontro Nacional e do II Encontro Técnico dos Engenheiros e Arquitetos da CAIXA, ocorridos em Belo Horizonte, em 20/8. Os eventos reuniram dirigentes da CAIXA e representantes sindicais e profissionais de todo o país. Na ocasião, a arquiteta Eleonora Mascia Lisboa fez sua despedida da Presidência da entidade.

O presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), Marcos Túlio de Melo, ressaltou



Silvío: no evento da ANEAC

em palestra o trabalho desenvolvido pela Engenharia da CAIXA. Lembrou que 90% dos municípios brasileiros não dispõem de estrutura de engenharia e arquitetura, cabendo aos profissionais da área disseminar essas atividades pelo país.

Foram empossados a nova Diretoria e os Conselhos Deliberativo e Fiscal eleitos para o biênio 2007/2009. O novo presidente, Alexandre Bacher, engenheiro civil lotado na GIDUR/Maceió, tem entre seus projetos a unificação das carreiras dos engenheiros e arquitetos da CAIXA.

ADVOCEF CENA JURÍDICA

Números do Brasil

1. No Brasil, aumentar em 1 por cento a rede de esgoto significa evitar 216 mortes/ano. Se o número de casas que recebem água tratada aumenta 1 por cento, 108 mortes são evitadas/ano. Não têm acesso ao saneamento básico 2,4 bilhões de pessoas. Os dados são do estudo de Mário Mendonça e Ronaldo Motta, "Saúde e Saneamento no Brasil", Ipea, 2005.

2. Em 2007, pela primeira vez, há mais habitantes nas zonas urbanas que nas rurais. Em 2015, haverá 22 megacidades com mais de 10 milhões de habitantes cada, das quais dezesseis em países pobres. Em 2030, 60% da população viverão em centros urbanos, o que equivale a 5 bilhões de pessoas. Em 2050, o planeta terá 8,9 bilhões de habitantes.

Fonte: "Relatório sobre a Situação da População Mundial", ONU. Todos os dados foram transcritos por Frei Betto.

Revista de Direito nº 5

A Revista de Direito nº 5 terá lançamento especial em Brasília, em novembro. Atentos ao prazo de fechamento da edição marcado para 21/9, vários autores já encaminharam seus textos, antecipando-se à data final. De excelente nível, segundo os editores. Acatando sugestões de vários leitores, a seção de jurisprudência será incrementada.



Super-ADVOCEF

O desenho ao lado acabou sobrando na edição passada, quando se comemorou o aniversário da ADVOCEF (forte como deve ser a representante da unidade de seus associados). O autor é o artista gráfico Eduardo Furasté, criador das capas do Boletim.

Na escuta

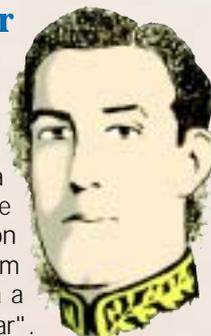
Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.477, de 26/7/2007, obriga as instituições financeiras a criar ouvidorias. A CAIXA tem a sua desde 2002. Nesse período, recebeu 850 mil manifestações de clientes e 180 mil ocorrências de empregados. O resultado pode ser medido, segundo a advogada Isabel Gomes, ouvidora da CAIXA: há nove meses a instituição não aparece no ranking Bacen, que lista as instituições mais reclamadas do país.

Mestrado e livro

O advogado da CAIXA Wilson Malcher concluiu o mestrado em Direito Processual pela Universidade de Coimbra, apresentando a dissertação "A Intervenção de Terceiros nas Ações Coletivas", aprovada com distinção. Em breve será transformada em livro.

Só com vestibular

Em 22/8 a Polícia Militar invadiu o Centro Acadêmico 11 de Agosto, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, a pedido de seu diretor. Comentando o fato, o jornalista Elio Gaspari lembrou o dia em que Pedro Calmon, reitor da Universidade do Brasil, foi chamado à Faculdade de Direito do Rio, ocupada por estudantes. Calmon chegava lá quando entrou um tenente da PM, com seus soldados. O reitor pediu que voltassem para a rua. Explicou: "Aqui só se entra com vestibular".



Negociação coletiva

A CAIXA pode apresentar, em 26/9, sua posição sobre as reivindicações específicas de economiários, inclusive dos advogados, no Acordo Coletivo de Trabalho de 2007/2008.

Até o momento a empresa limita-se a debater as cláusulas de interesse geral e apenas com posições preliminares.

Na última reunião da Mesa Permanente CAIXA/CONTEC, em 12/9, houve acordo sobre o pagamento da participação nas modalidades anteriores do Saúde Caixa – quando não havia limite para esse custeio. A empresa fornecerá extratos individuais até 20/11, com a discriminação da dívida que será cobrada a partir de 20/1/2008, sem atualização monetária.

Com a delegação da FENADV/ADVOCEF, participaram os advogados Davi Duarte e Gustavo Adolfo Maia Junior.



Altair (no centro), com Josemir Manguiera Assis (diretor de Tecnologia e Controle), Valter Correia da Silva (diretor-presidente), José Carlos Zanforlin (consultor jurídico) e Eugen Smarandescu Filho (diretor de Recuperação de Crédito).

Altair na EMGEA

O presidente da ADVOCEF, Altair Rodrigues de Paula, fez uma visita de cortesia à EMGEA, sendo recebido pelo diretor-presidente Valter Correia da Silva, que dirige a instituição desde junho deste ano. Altair transmitiu os cumprimentos da categoria aos dirigentes, desejando sucesso na gestão e reforçando os laços da parceria entre as entidades.

Davi na GETEN

O advogado Davi Duarte deixou a Consultoria Jurídica da CAIXA, assumindo na GETEN/STJ. Ex-presidente da ADVOCEF (1996-1998), com importante atuação nas conquistas dos advogados da CAIXA, Davi atuava como consultor jurídico desde 2004. "Para mim será excelente, pois considero a GETEN



um dos ótimos locais para trabalhar", disse Davi. "Agradeço a oportunidade de ter integrado a importante equipe da DIJUR e volto a atuar no Contencioso, junto ao STJ, onde posso acompanhar de perto os julgamentos que cristalizam a jurisprudência brasileira, em matéria legal".

Fazendo escola

O Jurídico da CAIXA mostrou o caminho, o Bradesco foi atrás: já desistiu de 80 dos 400 processos nos quais figura como recorrente no STJ. A CAIXA iniciou a parceria no ano passado, quando decidiu não reaver créditos inferiores a R\$ 10 mil e avaliar, de forma geral, a relação custo-benefício na manutenção dos processos.

Mutirão no Paraná

Mais de 100 acordos nos contratos da EMGEA foram obtidos no último mutirão de audiências da Justiça Federal do Paraná, somando R\$ 4.559.871,40. Encerrado em 17/8, o evento contou com o acompanhamento do JURIR/Curitiba, que, com seus "corretos procedimentos jurídicos nas diversas fases processuais", foi destacado pela GITER/Curitiba.

Juízes em falta

Todo ano, entram na Justiça brasileira 25 milhões de processos. Na segunda instância a quantidade cresce a uma taxa média anual de 63,66%. Atualmente, há 60,2 milhões de pleitos judiciais em tramitação. Poucos juízes e ausência de prazos rígidos para a movimentação de processos pelos magistrados estão entre as causas da morosidade, segundo o presidente da OAB, Cezar Britto.

Leopoldo Viana

1. O advogado Leopoldo Viana Batista Júnior deixou a gerência do JURIR/João Pessoa, cargo que exercia há 11 anos. A equipe registrou a competência e a independência com que o profissional desempenhou sua função. Em seu lugar assumiu a advogada Maria Laura Domingues de Oliveira Alcoforado, que, segundo expectativa dos colegas, dará continuidade ao bom trabalho desenvolvido pela unidade.



2. Leopoldo foi designado para compor a Comissão Especial de Defesa do Consumidor do Conselho Federal da OAB. A comunicação foi feita em 10/8, pelo presidente nacional da Ordem, Cezar Britto.

Balanço da AGU

1. Um grupo formado com profissionais da Procuradoria-Geral da União, a Consultoria-Geral da União e a Procuradoria-Geral Federal trabalha para que nenhuma ação judicial impeça as obras do PAC. "Até o momento já identificamos mais de 140 dessas ações



Foto: Marcello Casal Jr/ABR

e nenhuma obstrui o andamento do PAC", garantiu o ministro responsável pela AGU, José Antonio Dias Toffoli.

2. Em entrevista ao informativo Em Questão, o ministro falou dos cinco meses de sua gestão e de iniciativas como a implantação de um escritório

avanzado no TCU para agilizar os processos administrativos, a parceria com a Controladoria-Geral da União para fiscalizar os municípios e a criação da Procuradoria-Geral Internacional para representar a União fora do país e das câmaras de conciliação para resolver os conflitos entre órgãos públicos. Em 21/8, foi criada a Ouvidoria-Geral da Advocacia-Geral da União.

Cobrança direta

As dívidas dos contribuintes do INSS só serão cobradas na Justiça quando forem superiores a R\$ 10 mil, segundo determina a portaria nº 296, que equipara o teto ao praticado pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Há 354 mil dívidas com o INSS em valor inferior a R\$ 10 mil, totalizando R\$ 1 bilhão. A medida vai reduzir custos nos tribunais e liberar os procuradores federais para causas de maior impacto.

Mais com menos

Os bancos lucraram R\$ 14,52 bilhões no primeiro semestre de 2007, mas contrataram apenas 4.320 trabalhadores. Apresentam o maior lucro e o menor índice de contratação no período, segundo o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego do Ministério do Trabalho. As admissões nos bancos equivalem a 0,39% do total de 1,095 milhão de postos criados de janeiro a junho. No mesmo período de 2006, o índice chegou a 1,24%, com 11.508 vagas geradas pelo setor.

É, cansei!

André Falcão de Melo (*)



Ano passado, escrevi algumas linhas demonstrando minha preocupação com nosso futuro. Estávamos às vésperas da eleição para presidente (ou reeleição, como vimos depois). A crônica tinha por título: "Onde iremos parar?" Um desabafo, na verdade. Não buscava respostas. Apenas uma maneira de expor minha estupefação com tudo o que vinha ineditamente ocorrendo.

Em amparo à minha irrisignação, citei alguns dados da economia. Princiiei pelo pagamento da dívida com o FMI. Brincadeira, não! Vazio imenso ficou. Falei também do estancamento da venda do patrimônio público - não sei pra que ficar com aquilo que restou (CAIXA, BB, Petrobrás...). E por aí fui destilando minha ira, até então contida. Trouxe à tona o absurdo aumento do salário mínimo, de 55 para 152 dólares (como pagar os empregados?), além da criação de 6 milhões de empregos - e tome inserir miseráveis na economia, só pra atrapalhar. Não deixei barato: citei o aumento da exportação, de 60 para 199 bilhões de dólares, e, para finalizar, contei que o risco-Brasil despencara de 2.400 para 204. Sem dó nem piedade. Disse, mesmo!

Pois não pára de piorar! Do FMI não se ouve falar mais, mesmo! Até quase esqueci o bordão, lembra? "Fora, FMI!" Salário-mínimo, durma!, agora vale U\$ 205! Os alimentos, pasme!, com desoneração tributária (por isto que, para onde você olha nos supermercados, só vê pobre). A mortalidade infantil reduzida à metade (depois reclama-se do aumento

populacional). Universidade pública a rodo (pra quê?). Empregos, com carteira assinada, só fazem aumentar. As balanças comercial e de pagamentos, simplesmente superavitárias. O risco-país uma bela merreca: 1 décimo (verdade!). Até os juros estão caindo! Isto pra não dizer - saindo da economia -, da Polícia Federal, toda semana com uma Operação "alguma coisa", ou something, e desse Desengavetador-Geral da República. E tudo isto com uma política macroeconômica ortodoxa e conservadora! Assim não dá!

Porém o principal alvo de minha irritação é o tal do Bolsa-Família. Pô! Assistencialismo? Nada a ver! Afinal, comida nunca encheu barriga de miserável! Só a da gente. A fome, entenda-se, resulta de uma política - acertada! - de anos de descaso. Assim, deve-se deixar o pobre matá-la só após a realização de políticas públicas de médio a longo prazo, que dê escolaridade e emprego para todos, etc. De preferência, claro, apenas no papel. Alguém precisa fazer algo! Urgente! Se cansei? É... Cansei!

(*) Advogado da CAIXA em Maceió/AL

Aula de Direito

Optando por contar uma história simples e bem montada, o ministro Joaquim Barbosa, do Supremo Tribunal Federal, conquistou os colegas, a imprensa, o público e transformou em culpados os 40 acusados pelo Ministério Público no julgamento do mensalão. "Isso é muito comum nos meus votos, essa busca da simplicidade, clareza e objetividade", definiu o ministro ao jornal o Estado de S. Paulo.

Ele admite que o voto pode servir de lição para quem estuda Direito. "Fiz uma espécie de desconstrução da denúncia", disse. "A tradição aqui é examinar a situação de cada denunciado. Um por um. É assim que se faz em matéria penal. Pensei: isso não vai dar certo com 40 denunciados." Então decidiu transformar cada item da denúncia numa "historinha", sintética e cla-

ra. "O segundo passo, que acho que foi fundamental, foi a escolha dos tópicos. Eu comeci pelo quinto, não pelo primeiro."

O ministro diz que aprendeu a técnica no doutorado na França. "O texto do francês é formal, tem lá suas regrinhas. Mas quem escuta ou lê de imediato um trabalho jurídico francês, quem lê as quatro primeiras páginas de um trabalho de cem já sabe o que está lá."

O processo do mensalão reuniu 11.200 páginas, 140 apensos, 41 testemunhas, quarenta réus e 29 advogados. Ao encerrar o julgamento, a ministra Ellen Gracie, presidente do STF, comentou: "Tenho dificuldade de crer que alguma corte no mundo se reúna em plenária num caso tão complexo e debata com tanta minúcia, como fizemos".



Foto: STF

(Com informações do O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e Consultor Jurídico)